

Saturnino defende o voto aberto

Da Agência Estado

Pirenópolis — O senador Roberto Saturnino Braga (PSB-RJ), relator do processo que investiga a violação do painel eletrônico do Senado, pretende apresentar o relatório no fim da próxima semana e defende a abertura da votação do parecer no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado.

O prazo para entrega do relatório em que Braga recomendará ou não a abertura de um processo de cassação dos senadores Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e José Roberto Arruda (sem partido-DF) e as regras para a aprovação do documento serão definidos na reunião ad-

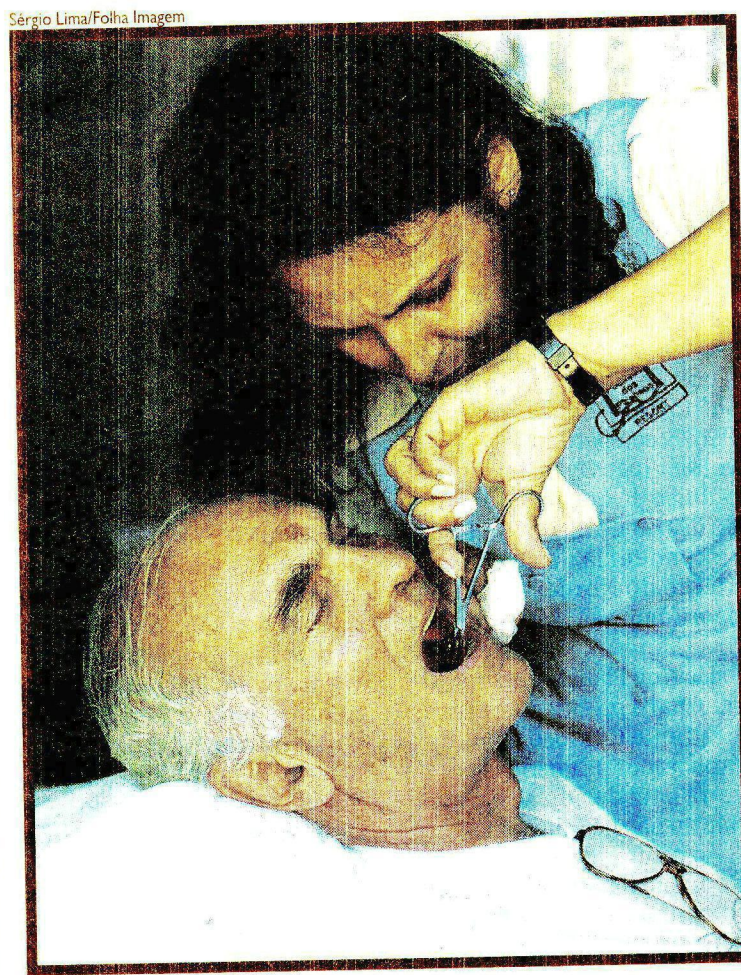
ministrativa do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado, marcada para amanhã.

“Vou pedir à comissão um pouco mais de uma semana para apresentar o relatório e a tendência é que o voto seja aberto; é quase um consenso”, disse Braga, que passou o fim de semana descansando em Pirenópolis, cidade histórica a cerca de 150 quilômetros de Brasília. Lá, ao comer um prato temperado com pequi, Saturnino feriu-se nos espinhos do fruto e teve de ser atendido no hotel para retirá-los (ver abaixo).

O senador não adianta se recomendará a abertura do processo de cassação de ACM e Arruda, mas disse que não acredi-

ta nas versões sustentadas pelos dois senadores nos depoimentos. Braga sinalizou ainda consi-

derar pouco provável a aplicação de penas diferentes aos dois senadores e afirmou que, na ela-



SATURNINO TEVE DE SE SUBMETER A DUAS SESSÕES DE RETIRADA DE ESPINHOS

boração do relatório, ouvirá os integrantes do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, para saber da tendência dos votos. “Vou buscar ouvir um pouco, mas isso não significa fazer o que a maioria quiser, se for diferente da minha convicção pessoal”, afirmou o senador.

Braga decidiu adiar em “pouco mais de uma semana” a apresentação do parecer, que estava marcado para quinta-feira, por prudência. “Acelerar um processo desse não é uma coisa muito prudente”, disse ele. O senador quer que os colegas tenham tempo para “sedimentar suas convicções”. O atraso, segundo ele, não pretende beneficiar ACM, que aposta na demora para acalmar os ânimos e conseguir uma pena mais branda. “Até pensei nisso, mas, se esse tempo a mais servir para mudar a minha cabeça ou de qualquer senador, é até positivo porque mostra que a convicção anterior estava marcada pelo emocional”, justifica o relator.

A discussão sobre a modalidade de votação do parecer de Braga surgiu com a argumentação de alguns integrantes do Conselho de Ética e Decoro sobre a obrigação constitucional de votações secretas nos processos de cassação de parlamenta-

res. Na avaliação de Braga, essa tese não prevalece no caso do parecer dele porque os senadores estarão apenas referendando uma investigação preliminar, que é anterior até mesmo à abertura do processo de cassação.

A escolha entre a votação secreta e aberta será feita pelo plenário do Conselho de Ética. Segundo Braga, o presidente do conselho, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), submeterá o assunto à votação amanhã. Uma votação secreta poderia, em tese, beneficiar os acusados, pois os senadores não teriam de dizer como votaram e, portanto, não estariam sujeitos à pressão dos eleitores. Nas votações abertas, ao contrário, cada senador diz ao microfone como está votando.

O relator da investigação sobre a quebra de sigilo no painel de votações do Senado reconhece que, se ACM renunciar e conseguir que todos os suplentes façam o mesmo, uma eventual punição aplicada pelo Senado poderá ser anulada. Nesses casos, a lei determina a realização de novas eleições e ACM pode ser novamente eleito e reassumir o cargo. “Se o povo da Bahia confirmar a reeleição, o que é que nós podemos fazer? A vontade do povo é soberana”, disse Braga.